

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

**INTRODUÇÃO
À HISTÓRIA
DO DIREITO**

4.^a edição ● revista

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

OBRAS DO AUTOR

A condição jurídica da mulher no direito luso-brasileiro. São Paulo: RT e UNIFIEO, 2001.

Lições de história do processo civil romano, em coautoria com José Rogério Cruz e Tucci. São Paulo: RT, 2001.

Lições de processo civil canônico – História e direito vigente, em coautoria com José Rogério Cruz e Tucci. São Paulo: RT, 2001.

Lições de história do processo civil lusitano, em coautoria com José Rogério Cruz e Tucci. São Paulo: RT, 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Azevedo, Luiz Carlos de

Introdução à história do direito / Luiz Carlos de Azevedo. – 4. ed. rev. e ampl. –
São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-3942-8

1. Direito - História I. Título.

13-07906

CDU 34(091)

Índices para catálogo sistemático: 1. Direito : História 34(091)

SUMÁRIO

Prefácio – José Rogério Cruz e Tucci.....	7
Nota à 3. ^a Edição	9
1. Introdução	17
2. História do Direito, ciência e disciplina	21
2.1 Introdução	21
2.2 Conceito de História do Direito	22
2.3 A História do Direito e os vários ramos da ciência jurídica. Interdiscipli- nidade. Fontes.....	24
2.4 História do Direito, disciplina obrigatória integrante dos cursos jurídicos ..	25
2.5 O ensino da História do Direito no Brasil	28
2.6 O ensino da História do Direito no exterior	32
2.7 A consolidação da História do Direito como disciplina obrigatória do currí- culo do curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.....	34
2.8 Conclusão	35
2.9 Bibliografia	35
3. O Direito Grego antigo	38
3.1 Introdução.....	38
3.2 Fontes do direito.....	39
3.3 Da família à cidade-estado	41
3.4 Organização administrativa e judiciária.....	42
3.5 O legado da Grécia	44
3.6 Tábuas cronológicas.....	46
3.7 Bibliografia	48
3-A. Do Helenismo à República Romana 323 a.C. A 30 a.C.	49
3-A.1 Helenismo: conceito e expansão	49
3-A.2 Epicuristas e Estoicos	50
3-A.3 Roma: Cícero e Sêneca.....	51
3-A.4 Conclusão	52
3-A.5 Bibliografia.....	53
4. Direito Romano	54
4.1 Breves considerações em torno da estrutura e função da fórmula com cláu- sula arbitrária no Processo Romano Clássico	54

4.1.1	O direito pretoriano.....	54
4.1.2	A fórmula.....	55
4.1.3	A fórmula com cláusula arbitrária.....	56
4.2	O edito perpétuo.....	58
4.2.1	Introdução.....	58
4.2.2	O Editio Perpétuo de Sálvio Juliano.....	61
4.2.3	Conclusão.....	65
4.3	Os jurisprudentes.....	65
4.3.1	Introdução.....	65
4.3.2	<i>Gaius</i> – Gaio.....	68
4.3.3	<i>Aemilius Papinianus</i> – Papiniano.....	70
4.3.4	<i>Domitius Ulpianus</i> Ulpiano.....	72
4.3.5	<i>Julius Paulus</i> Paulo.....	73
4.3.6	<i>Herennius Modestinus</i> Modestino.....	74
4.3.7	Conclusão.....	75
4.4	Raízes históricas da exceção de pré-executividade: princípio do contraditório, processo de execução e exceção de pré-executividade.....	76
4.4.1	O princípio do contraditório no processo de execução.....	76
4.4.2	A exceção de pré-executividade.....	76
4.4.3	Raízes históricas.....	77
4.4.4	Direito Romano: o interdito.....	77
4.4.5	Direito intermédio.....	79
4.4.6	Conclusão.....	79
4.5	Bibliografia.....	81
5.	O Direito Visigótico.....	83
5.1	A queda do Império Romano do ocidente. Os visigodos. O Direito Germânico e as suas instituições.....	83
5.2	Fontes do Direito Germânico. As compilações de leis do reino visigótico: Código de Eurico <i>Edictum Theodorici. Lex Romana Visigothorum</i>	85
5.3	Os concílios visigóticos.....	86
5.4	O Código Visigótico ou <i>Fuero Juzgo</i>	87
5.5	A permanência do Código Visigótico após a invasão muçulmana.....	89
5.6	Anexos.....	89
5.7	Bibliografia.....	93
5-A.	O Pensamento Jurídico Medieval: glosadores e comentadores.....	95
5-A.1	Bibliografia.....	99
6.	O Direito Canônico.....	100
6.1	Introdução.....	100
6.2	Definição e fins.....	100
6.3	Formação do Direito Canônico.....	102
6.4	Desenvolvimento do Direito Canônico.....	103

6.5	Fontes: períodos.....	104
6.5.1	Formação.....	104
6.5.2	Estabilização.....	104
6.5.3	Consolidação.....	105
6.5.4	Renovação.....	106
6.6	O legado do Direito Canônico.....	106
6.7	Bibliografia.....	109
7.	Direito e Lei em Tomás de Aquino.....	111
7.1	Vida e obra de Tomás de Aquino.....	111
7.2	Breves Notas ao texto.....	114
7.2.1	Direito comum e <i>common law</i>	114
7.2.2	Contribuição muçulmana na península ibérica durante a Idade Média.....	115
7.3	Bibliografia.....	116
8.	A Política de Colonização dos Povos da América e a Legislação Editada entre os Séculos XVI a XVIII.....	117
8.1	Introdução.....	117
8.2	A América Espanhola.....	117
8.3	A América Portuguesa.....	121
8.4	Breves notas ao texto.....	124
8.5	Bibliografia.....	125
9.	Direito Luso-Brasileiro.....	128
9.1	O processo durante a formação e consolidação do Reino Lusitano (1140 – 1446).....	129
9.1.1	A “reconquista”.....	129
9.1.2	Fontes do Direito.....	131
9.1.3	O processo: a Cúria Régia; as comunas e povoados.....	131
9.1.4	A recepção do Direito Romano canônico. As leis gerais.....	136
9.2	Carta de Seguro, <i>habeas corpus</i> lusitano.....	141
9.2.1	A Carta Magna e o <i>habeas corpus</i>	142
9.2.2	Conceito de direitos na Baixa Idade Média.....	142
9.2.3	Carta de Seguro: origem; os forais antigos.....	143
9.2.4	Seguranças reais.....	144
9.2.5	Carta de Seguro e as cortes d’Elvas.....	144
9.2.6	Carta de Seguro e as Ordenações do Reino.....	146
9.2.7	Definição de Carta de Seguro.....	146
9.2.8	Natureza jurídica da Carta de Seguro.....	147
9.2.9	Emprego e extensão da Carta de Seguro.....	148
9.2.10	Tipos de Carta de Seguro.....	150
9.2.11	Conclusão.....	151

9.3	Aspectos da legislação penal editada pelos primeiros monarcas portugueses...	152
9.3.1	Introdução.....	152
9.3.2	Colocação histórica do tema	154
9.3.3	As primeiras leis gerais	154
9.3.4	A legislação penal no Livro das leis e posturas.....	155
9.3.4.1	Lei contra os que fazem assunadas.....	155
9.3.4.2	Lei contra a violência: a paz da casa e a paz do rei.....	156
9.3.4.3	Lei contra a vadiagem e mendicância.....	157
9.3.4.4	Lei contra o jogo.....	158
9.3.4.5	Lei contra a usura.....	159
9.3.4.6	Leis de repressão aos crimes contra a administração pública	160
9.3.4.7	Leis contra o crime de adultério; leis de repressão aos crimes contra os costumes	161
9.3.5	Leis processuais penais.....	162
9.3.6	Conclusão.....	163
9.4	As causas de reduzido valor econômico e o seu tratamento no Direito Luso-Brasileiro	164
9.4.1	Magistrados e demais cargos de administração judicial e extrajudicial.....	164
9.4.2	O juiz das vintenas	164
9.4.3	O almotacé.....	165
9.4.4	O juiz de paz.....	166
9.5	As Ordenações Afonsinas.....	168
9.5.1	Introdução.....	168
9.5.2	Livro I: Organização administrativa e judiciária do reino	170
9.5.3	Livro II.....	170
9.5.4	Livro IV.....	170
9.5.5	Livro V.....	171
9.5.6	Livro III	172
9.5.6.1	A ordem do juízo.....	172
9.5.6.2	Citação.....	173
9.5.6.3	A absolvição de instância e revelia	174
9.5.6.4	Exceções.....	174
9.5.6.5	Contestação	175
9.5.6.6	Reconvenção.....	175
9.5.6.7	Provas.....	175
9.5.6.8	Sentença definitiva e sentença interlocutória Recursos ...	175
9.5.6.9	Restituição por inteiro.....	179
9.5.6.10	Execução	179
9.5.6.11	Conclusão.....	179
9.6	O reinado de Dom Manuel e as Ordenações Manuelinas	179

9.6.1	Introdução	179
9.6.2	Dom Manuel I	180
9.6.3	O século XVI	181
9.6.4	O reinado de Dom Manuel: política externa, cultura, estilo manuelino	181
9.6.5	O Direito: as Ordenações Manuelinas	182
9.6.6	Os cinco livros das Ordenações Manuelinas	183
9.6.7	Conclusão	187
9.7	Evolução histórica da execução e da penhora no Direito Luso-Brasileiro	188
9.7.1	No Direito Romano	188
9.7.2	No primitivo Direito Germânico	189
9.7.3	<i>Leges barbarorum</i> . O Direito Visigótico	190
9.7.4	Na Península Ibérica, antes da introdução do Direito Romano – Canônico – Os forais portugueses e os fueros de Castela, Leão e Aragão.....	193
9.7.5	Em Portugal, após a introdução do Direito Romano Canônico	200
9.7.6	Nas Ordenações Afonsinas	205
9.7.7	Nas Ordenações Manuelinas	206
9.7.8	Nas leis extravagantes, coligidas por Duarte Nunes de Leão	207
9.7.9	Nas Ordenações Filipinas	207
9.7.10	No Brasil, após a Independência. Leis do período, o Regulamento 737.....	216
9.7.11	Durante a República, os Códigos Processuais dos Estados	219
9.7.12	Da penhora e apreensão do bem à permanência deste com o devedor, como depositário.....	221
9.7.13	No Código de Processo Civil de 1939	223
9.7.14	A preferência da penhora e o concurso de credores	227
9.7.15	Conclusão.....	232
9.8	Anotações sobre a legislação no Brasil Império	232
9.8.1	Introdução	232
9.8.2	Constituição de 1824	233
9.8.3	Ato Adicional de 1834	236
9.8.4	Código Criminal do Império do Brasil	237
9.8.5	<i>Habeas corpus</i>	238
9.8.6	Disposição provisória acerca da administração da justiça civil	238
9.8.7	Regulamento 737, de 1850.....	239
9.8.8	Código Comercial do Império do Brasil	240
9.8.9	Direito privado	241
9.9	Bibliografia	243
9.9.1	Referente ao item 9.1.....	243
9.9.2	Referente ao item 9.2.....	245
9.9.3	Referente ao item 9.5.....	246

9.9.4	Referente ao item 9.6.....	247
9.9.5	Referente ao item 9.7.....	248
9.9.6	Referente ao item 9.8.....	251
10.	A Ascensão do Homem Comum e o Movimento Operário do Século XIX.....	253
10.1	As novas fontes de energia e as consequências resultantes das invenções perante os quadros sociais e econômicos da civilização ocidental.....	253
10.2	Confronto entre o liberalismo e as reivindicações da classe operária.....	254
10.3	O Manifesto Comunista: Engels e Marx.....	255
10.4	Revisionismo, participação da Igreja, a intervenção do Estado e a conquista dos direitos trabalhistas.....	255
10.5	Breve notícia a respeito dos direitos obtidos durante o final do século XIX e no correr do século XX.....	257
10.6	Bibliografia.....	258
11.	Panorama das Alterações Mais Sensíveis Ocorridas nos Institutos de Direito Privado no Curso do Século XX.....	260
11.1	Introdução.....	260
11.2	O século XX: características gerais.....	260
11.3	A propriedade: o Código Napoleônico; a Revolução Russa.....	262
11.4	A propriedade no Brasil; o usucapião; o condomínio.....	262
11.5	A locação; outros contratos.....	264
11.6	Responsabilidade civil.....	265
11.7	A condição jurídica da mulher: o Estatuto da Mulher Casada; o divórcio.....	267
11.8	Conclusão.....	268
12.	O Jurista do Terceiro Milênio.....	269
	Tábua Cronológica.....	275
	Glossário.....	283
	Anexos.....	287